

**RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU****DIRIGIDO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Nicolas SCHMIT****Comissário indigitado para a pasta do Emprego****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

**Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Ao longo da minha carreira profissional, enquanto funcionário público e, posteriormente, ministro do governo do Luxemburgo, estive envolvido em assuntos europeus. Como cidadão luxemburguês, desde cedo que me empenhei no projeto de integração europeia, na convicção de que só uma Europa forte poderá estar à altura dos grandes desafios com que nós, europeus, nos deparamos. Acredito firmemente nos valores e princípios fundamentais nos quais assenta a Europa e tenciono, nos próximos anos, dedicar toda a minha energia à defesa da democracia e à promoção da justiça social, comprometendo-me com a igualdade de direitos, a coesão e a prosperidade partilhada, que constituem objetivos fundamentais desde os primórdios da nossa União.

Tal como referido na nova Agenda Estratégica para o período 2019-2024, adotada pelo Conselho Europeu em junho, bem como nas Orientações Políticas apresentadas em julho pela nova Presidente eleita, a Europa deve não só liderar a transição para um planeta saudável e uma nova agenda digital, como também ser mais inclusiva, aproximando as pessoas, promovendo a integração e reforçando a economia social de mercado que nos distingue para se adequar às novas ambições dos dias de hoje. Trabalharei com o Parlamento Europeu para responder aos desafios com que a União e as suas instituições se deparam.

Acredito que, para podermos concretizar o ideal de uma economia justa e inclusiva, temos de dar prioridade às pessoas, combater as crescentes desigualdades, aceitar a diversidade e defender a cooperação internacional, no espírito do multilateralismo e em estreita parceria com as Nações Unidas, nomeadamente no que diz respeito à realização da Agenda Sustentável para 2030. Após a crise económica e financeira, que se tornou também uma crise social, temos de avançar para uma sociedade mais inclusiva e centrada no ser humano, uma sociedade que continue a assentar nos valores e na confiança. A Europa tem de colocar a dimensão social no centro das suas políticas e promover uma convergência económica e social ascendente.

É neste espírito que tenciono promover o interesse geral europeu e participar no trabalho da Comissão liderada por Ursula Von der Leyen. Utilizarei todo o meu saber e experiência para apoiar a Presidente e os meus futuros colegas na defesa das prioridades da União Europeia e para trabalhar tão estreitamente quanto possível com o Parlamento Europeu, o Conselho e todas as partes interessadas relevantes, incluindo a sociedade civil e, em especial, os parceiros sociais, na concretização dos objetivos políticos apresentados pela Presidente eleita nas suas Orientações Políticas.

Considero que o exercício do cargo de ministro do trabalho, do emprego e dos assuntos sociais entre 2009 e 2018 me facultou o saber e a experiência necessários para me tornar o próximo comissário responsável pelo emprego e os assuntos sociais. Durante a Presidência luxemburguesa de 2015, presidi ao Conselho «Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores». Tive também a oportunidade de, por duas vezes, em 2005 e 2015, representar a Presidência do Conselho em negociações com o Parlamento Europeu.

Se for confirmado no cargo de comissário, tenciono reforçar a dimensão social da Europa, no respeito de todos os valores e princípios consagrados nos Tratados da UE, nomeadamente os enunciados nos artigos 2.º e 3.º do Tratado da União Europeia, prosseguindo simultaneamente os objetivos gerais estabelecidos nos artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O reforço da Europa social requer uma abordagem holística. Temos de acelerar a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, promovendo sinergias eficazes entre todos os intervenientes, políticas, instrumentos e meios de financiamento relevantes. O meu trabalho será pautado pelos princípios da colegialidade, da equidade, da transparência e da inclusividade.

A prossecução da igualdade de género é uma condição prévia para alcançarmos um desenvolvimento sustentável e construirmos sociedades justas, modernas e inclusivas, tanto na UE como a nível mundial. Comprometo-me a integrar a dimensão de género em todas as áreas políticas e regulamentações atinentes à pasta que me é confiada. Trabalharei em estreita colaboração com os meus colegas responsáveis pela igualdade entre homens e mulheres, no quadro da nova estratégia europeia para as questões de género definida nas Orientações Políticas apresentadas pela Presidente eleita, em particular os aspetos relacionados com o emprego, e em plena cooperação com o grupo de trabalho para a igualdade que será criado.

Assim que for nomeado, comprometo-me a cumprir integralmente as obrigações decorrentes do Tratado em matéria de independência e transparência, imparcialidade e disponibilidade, conforme definidas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Se for confirmado no cargo de comissário, respeitarei inteiramente a letra e o espírito dos Tratados, em especial a obrigação de agir no interesse europeu e sem receber quaisquer instruções. Honrarei igualmente o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia e as respetivas disposições em matéria de conflitos de interesses. A minha declaração de interesses está finalizada e acessível ao público e, caso venha a revelar-se necessário, procederei, sem demora, à sua atualização.

## **2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu**

**De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está**

**disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?**

Na qualidade de futuro membro do Colégio, respeitarei plenamente o princípio da colegialidade e assumirei total responsabilidade política pelas atividades da minha área de competência, tal como estabelecido na carta de missão que me foi enviada em 10 de setembro. Porque acredito verdadeiramente que o Colégio é uma equipa, tenciono apelar à participação de todos os meus colegas na conceção, no desenvolvimento e na execução de iniciativas políticas na minha área de responsabilidade.

### **Papel e cooperação com o Parlamento Europeu e respetivas comissões**

Enquanto atual membro do Parlamento Europeu, estou plenamente convencido da importância crucial desta instituição. A colaboração com o Parlamento Europeu assume, pois, extrema importância para mim. Tenciono trabalhar com o Parlamento e as comissões pertinentes em todas as fases do processo de elaboração de políticas e do diálogo político.

Uma cooperação interinstitucional eficaz é essencial para que o sistema institucional da UE funcione e produza resultados, garantindo a eficiência e a legitimidade do sistema de tomada de decisões da UE. A cooperação interinstitucional assenta em princípios fundamentais como a abertura, a confiança mútua, a eficiência e o intercâmbio regular de informações. As Orientações Políticas e as cartas de missão da Presidente eleita Ursula von der Leyen refletem plenamente estes princípios e sublinham a intenção de reforçar a relação especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Caso venha a ser confirmado como comissário, trabalharei na prossecução deste objetivo e, ao fazê-lo, respeitarei plenamente as disposições do Acordo-Quadro de 2010 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e o Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor» de 2016, para cujas negociações contribuí na qualidade de representante do Conselho. Tenciono gerir a minha cooperação regular com o Parlamento de forma aberta, transparente e construtiva, com vista a construir uma parceria especial.

Em consonância com as Orientações Políticas da Presidente eleita Ursula von der Leyen, estarei disponível para participar em todos os debates parlamentares, reuniões das comissões e debates dos trólogos pertinentes. Assegurarei que as comissões parlamentares sejam envolvidas em todos os desenvolvimentos importantes sob a minha responsabilidade. Ao mesmo tempo, estou plenamente consciente da importância da igualdade de tratamento do Parlamento e do Conselho. A este respeito, e tal como referido nas Orientações Políticas, é primordial avançar no sentido da codecisão em todas as políticas sociais, respeitando o papel dos parceiros sociais, tal como previsto nos artigos 154.º e 155.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Considero que a Comissão tem de responder perante os deputados diretamente eleitos do Parlamento Europeu, e não apenas no âmbito do processo legislativo ordinário.

Comprometo-me igualmente a basear as relações com os meus colegas e com os serviços sob a minha responsabilidade nos princípios da lealdade, da confiança e da transparência, no quadro de um fluxo regular e bidirecional de informação e de assistência mútua. Mais concretamente, procurarei assegurar um intercâmbio regular de informação com os presidentes das comissões parlamentares competentes, estabelecer contatos diretos com os seus coordenadores e membros e garantir a minha disponibilidade para reuniões bilaterais.

Velarei também por que o Parlamento Europeu seja regularmente informado, sobretudo antes de eventos importantes e em fases críticas de negociações a nível internacional em domínios sob a minha responsabilidade.

Farei também o necessário para que as perguntas dos deputados do Parlamento Europeu à Comissão sobre áreas da minha competência sejam respondidas com rapidez e exatidão e de forma não burocrática. Comparecerei perante a assembleia plenária e/ou as comissões do Parlamento Europeu sempre que for chamado a responder a uma pergunta ou a pronunciar-me sobre uma questão específica.

## **Transparência**

As Orientações Políticas da Presidente eleita Ursula von der Leyen sublinham que, para recuperar a confiança dos cidadãos na União, as nossas instituições devem ser irrepreensíveis em questões de transparência. Trabalharei em estreita colaboração com o Conselho Europeu e o Parlamento para uma maior transparência no processo legislativo. Os cidadãos devem conhecer-nos, enquanto instituições que os servem, e saber com quem nos reunimos e discutimos e quais as posições que defendemos no processo legislativo. O reforço da cooperação interinstitucional através da promoção da legitimidade e da responsabilização contribuirá para a eficiência e a boa governação da UE.

Por conseguinte, comprometo-me a aplicar com determinação as disposições abrangentes do Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão no que respeita à transparência e ao fluxo de informações entre as duas instituições e do Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». Em especial, velarei por que estas disposições sejam respeitadas no âmbito dos meus diálogos estruturados e de outros contactos com as comissões do Parlamento.

Esta Comissão prosseguirá igualmente esforços para informar o público sobre as suas atividades, nomeadamente através de diálogos com os cidadãos. Além disso, as propostas políticas sob a minha responsabilidade terão por base as devidas consultas das partes interessadas, de peritos, dos parceiros sociais e do público em geral, em consonância com os princípios da iniciativa «Legislar Melhor».

## **Tomada em consideração das posições e pedidos do Parlamento em matéria de iniciativa legislativa**

A Presidente eleita Ursula von der Leyen apoia um direito de iniciativa para o Parlamento Europeu. Nesse sentido, comprometeu-se a que a Comissão a que preside dê seguimento, com um ato legislativo, às resoluções parlamentares aprovadas por uma maioria de deputados, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e da melhor legiferação. Subscrevo plenamente este objetivo e, no âmbito do compromisso assumido pelo Colégio a favor de uma parceria aprofundada com o Parlamento Europeu, tenciono trabalhar em conjunto com esta instituição em todas as fases do processo e nos debates das resoluções. Comprometo-me a trabalhar em estreita colaboração com as comissões parlamentares competentes, estando empenhado e presente na elaboração de resoluções. Acredito firmemente que tal irá melhorar o diálogo, promover a confiança e fomentar um sentimento de trabalho em conjunto para alcançar um objetivo comum.

A Comissão responderá igualmente a posições do Parlamento, nomeadamente às resoluções ou pedidos parlamentares apresentados com base no artigo 225.º do TFUE, no prazo de três

meses após a sua adoção, em conformidade com o Acordo-Quadro. A Comissão assegurará a supervisão política do processo.

Comprometo-me ainda a respeitar plenamente o papel dos parceiros sociais, tal como estabelecido nos artigos 154.º e 155.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

### **Transmissão de informações e documentos**

Reiterando o que declarei anteriormente no que respeita ao envolvimento das comissões parlamentares em todos os desenvolvimentos importantes em áreas sob a minha responsabilidade, ao mesmo tempo e em pé de igualdade com o Conselho, estou ciente de que a transmissão de informações e documentos constitui um aspeto essencial do reforço da parceria entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Comprometo-me, por conseguinte, a aplicar plenamente as disposições relevantes do Acordo-Quadro entre as duas instituições e do Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». O Tratado de Lisboa estabelece a igualdade entre o Parlamento e o Conselho na qualidade de colegisladores, e é minha intenção assegurar que esse princípio seja respeitado no que concerne à forma como são partilhadas as informações em áreas sob a minha responsabilidade.

### **Perguntas da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais**

**3. A aplicação plena do Pilar Europeu dos Direitos Sociais é de importância vital para responder aos desafios que a UE enfrenta. Em que pilares legislativos pretende alicerçar a construção da Europa social e quais as propostas legislativas concretas e o apoio financeiro que prevê a nível da União, a fim de fazer do progresso social e duma transição justa para uma sociedade sustentável uma realidade para todas as pessoas na Europa?**

A Europa depara-se com uma série de desafios e tendências que obrigam a respostas ambiciosas. À medida que as nossas economias e sociedades são submetidas ao processo de transição digital e ecológica e se veem confrontadas com os desafios inerentes às alterações demográficas, é mais importante do que nunca que a transição para uma Europa sustentável se faça alicerçada nos direitos sociais e na equidade. O nosso êxito enquanto economia social de mercado e interveniente de relevo na cena mundial depende desse pressuposto. Para tornar a Europa económica e socialmente mais forte, acredito firmemente que temos de investir nas pessoas e, assim, garantir que os europeus estão protegidos e capacitados para enfrentar estes desafios, tendo em vista a promoção do seu bem-estar.

Desde o início, que tenho sido um adepto incondicional do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Particpei na Cimeira Social de Gotemburgo de novembro de 2017, na qual o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão procederam à sua proclamação. O Pilar representa um forte compromisso político dos Chefes de Estado e de Governo da UE e do Parlamento Europeu no sentido de melhorar a defesa e a aplicação dos direitos sociais.

Sob a liderança da Presidente eleita, Ursula von der Leyen, e trabalhando em conjunto com o Vice-Presidente Executivo indigitado Valdis Dombrovskis e os meus outros colegas da Comissão, tudo farei para aplicar os direitos e os princípios do Pilar Europeu dos Direitos

Sociais, conferindo-lhes substância e relevância para os cidadãos, com base num plano de ação exaustivo e em propostas com efeito concreto no terreno.

Considero que este plano de ação deve prever uma mobilização a nível da União e dos Estados-Membros, no âmbito das respetivas competências e no pleno respeito da subsidiariedade, tal como foi também sublinhado na Agenda Estratégica do Conselho Europeu de junho de 2019. Para concretizar o plano de ação, é necessária a participação conjunta e ativa de todos os parceiros, muito particularmente o Parlamento Europeu, mas também os Estados-Membros, os parceiros sociais e as outras partes interessadas da sociedade civil. O diálogo social desempenha um papel central no reforço dos direitos sociais e no crescimento sustentável e inclusivo. A concretização do Pilar contribuirá para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Presidente eleita nas suas Orientações Políticas e nas cartas de missão.

A nível da União, será necessário lançar mão de todas as ferramentas de que dispomos, dos instrumentos jurídicos à coordenação política e ao financiamento. Nas suas Orientações Políticas, a Presidente eleita incluiu uma série de iniciativas que se inserem no âmbito do Pilar e às quais tenciono dar seguimento. Entre elas, gostaria de destacar as seguintes:

- Criação de um instrumento jurídico que garanta salários mínimos justos, respeitando a fixação dos salários de acordo com as tradições nacionais, através de convenções coletivas ou disposições legais;
- Instituição de uma Garantia Europeia para a Infância;
- Reforço da Garantia para a Juventude;
- Estudo de formas de melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas digitais;
- Atualização da Agenda de Competências;
- Garantia da aplicação plena da Diretiva Equilíbrio entre Vida Profissional e Vida Familiar;
- Reforço do combate à pobreza.

Outras propostas darão também um contributo significativo para o plano de ação, e tenciono nelas trabalhar ativamente com os meus colegas no Colégio. São elas:

- Um sistema europeu de resseguro de desemprego;
- Uma nova estratégia europeia para as questões de género, que integre medidas vinculativas em matéria de transparência remuneratória.

Estas e outras ações incluídas nas Orientações Políticas constituem um ponto de partida ambicioso para lançar o debate com os Estados-Membros, o Parlamento Europeu, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil e, assim, fazer dos 20 princípios do Pilar uma realidade.

Na UE, ainda há mais de 100 milhões de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social. Esta situação é inaceitável. Temos de redobrar esforços no combate à pobreza e à exclusão social. Estou empenhado em fazer pleno uso dos instrumentos ao meu dispor para assegurar um mercado de trabalho dinâmico, a igualdade de oportunidades, condições de trabalho justas e uma economia social próspera. No que diz respeito à inclusão social, muito há ainda a fazer para assegurar um apoio adequado ao rendimento, mercados de trabalho inclusivos e o acesso a serviços de qualidade. Nesta área, conto com o Parlamento Europeu para, em conjunto,

explorarmos a melhor forma de acompanhar aqueles que mais necessitam, no pleno respeito do princípio da subsidiariedade.

Acredito também que podemos e devemos fazer mais em matéria de competências. A educação e a formação são fundamentais para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso ao mercado de trabalho, mas também para incrementar o crescimento e a prosperidade por via da transição ecológica e digital em curso. Por este motivo, tenciono atualizar a Agenda de Competências com vista a identificar e a colmatar lacunas de competências, resolver problemas de inadequação entre oferta e procura dessas competências e apoiar a melhoria e a reconversão profissionais, contribuindo, assim, para dar resposta aos desafios inerentes ao futuro do trabalho e à digitalização das nossas economias. Estudarei, em particular, a ideia de contas individuais de aprendizagem para as pessoas em idade ativa, que está em plena conformidade com os princípios 1 e 4 do Pilar. Estas contas individuais de aprendizagem delegarão nas pessoas o poder sobre as suas trajetórias de carreira e de aprendizagem.

O plano de ação deve também incentivar os Estados-Membros a agir. O Semestre Europeu deve continuar a ser o principal instrumento para integrar nas nossas políticas económicas a promoção de um elevado nível de emprego, proteção social, inclusão e direitos sociais, no reconhecimento que os progressos económicos e sociais estão interligados e são igualmente importantes. A refocalização do Semestre Europeu no sentido de integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será o meio de demonstrar que, no desenvolvimento económico, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social têm de andar a par. O Semestre deve continuar a orientar os Estados-Membros para uma aplicação mais eficaz dos direitos sociais, através de recomendações assentes em factos e análises sólidas, incluindo a monitorização do desempenho social através do Painel de Indicadores Sociais. Além disso, uma tónica mais acentuada no emprego e no desempenho social contribuirá também para reforçar a resiliência e aprofundar a União Económica e Monetária.

A concretização dos princípios do Pilar obriga a mais investimento nas pessoas. No quadro da nova geração de fundos da UE para o período pós-2020, procurarei assegurar que o apoio prestado pelo Fundo Social Europeu Mais (FSE+) e por outros fundos seja orientado para as prioridades políticas identificadas no contexto do Semestre Europeu, em consonância com os princípios do Pilar. O FSE+, enquanto principal instrumento da UE para investir nas pessoas, ajudará os Estados-Membros a dar resposta a desafios como a pobreza infantil e o desemprego dos jovens, especialmente quando o Semestre Europeu e o painel de indicadores sociais revelarem fracos desempenhos nessas áreas. Conto igualmente com o compromisso do Parlamento Europeu para assegurar esta coerência entre as nossas prioridades políticas e os fundos da UE no próximo processo legislativo.

Além disso, temos de garantir que as gerações vindouras possam viver num planeta limpo. Precisamos de trabalhar em prol de uma transição justa para todos. Muitos trabalhadores e famílias receiam que a transição possa ocorrer a expensas suas ou em detrimento dos seus filhos. O futuro Fundo para uma Transição Justa, preconizado nas Orientações Políticas da Presidente eleita, prestará assistência aos territórios mais afetados e permitirá às pessoas colher os benefícios da transição para modelos económicos neutros do ponto de vista climático.

**4. Nas suas orientações políticas para 2019-2024, a Presidente eleita, Ursula von der Leyen, compromete-se, entre outras coisas, a assegurar que todos os trabalhadores na**

**União tenham um salário mínimo justo, a criar a Garantia Europeia para as Crianças e a transformar a Garantia para a Juventude num instrumento permanente de luta contra o desemprego dos jovens.**

**Pode explicar o que são exatamente essas iniciativas e compromissos, quais são os instrumentos concretos e as iniciativas legislativas e não legislativas que irá adotar para os realizar e ainda se são compatíveis, e de que forma, com a legislação interna dos Estados-Membros e os sistemas de negociação coletiva nos Estados-Membros onde os salários são definidos exclusivamente através da negociação coletiva?**

**- Salário mínimo justo**

Nos últimos anos, foram criados milhões de empregos na UE. No entanto, continuamos confrontados com desafios de desigualdade e de pobreza no trabalho. A Presidente eleita foi clara: todos os trabalhadores da UE deverão ter um salário não inferior a um mínimo justo. Será minha preocupação assegurar que o trabalho seja compensador e proporcione uma vida digna ao trabalhador, em função das condições económicas e sociais nacionais.

Além disso, com base no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a proposta a apresentar neste contexto defenderá salários mínimos adequados, estabelecidos de forma transparente e previsível. Uma tal iniciativa da UE em matéria de salários mínimos não só protegerá os trabalhadores em toda a Europa, mas poderá também conduzir a uma melhor coordenação das políticas da UE, permitindo aos Estados-Membros responder com maior eficácia aos desafios comuns, na perspetiva de uma convergência económica e social ascendente. A iniciativa poderá contemplar princípios comuns para os Estados-Membros em matéria de fixação de salários mínimos, indicadores comuns para avaliar as suas políticas no sentido de favorecer a convergência, no pleno respeito das competências dos Estados-Membros e dos parceiros sociais, bem como das tradições nacionais em matéria de negociação salarial. Por conseguinte, é importante consultar todas as partes relevantes, tendo em conta o calendário indicado nas Orientações Políticas apresentadas pela Presidente eleita.

É, de facto, possível fixar salários mínimos justos através de acordos coletivos ou disposições legais, consoante as tradições de cada país. Tal como a Presidente eleita, acredito firmemente no valor do diálogo social entre empregadores e sindicatos, na medida que são eles que melhor conhecem o seu setor e a sua região.

**- Garantia Europeia para a Infância**

Partilho inteiramente o compromisso da Presidente eleita de criar uma Garantia Europeia para a Infância. Em conformidade com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, todas as crianças têm direito à proteção contra a pobreza, e as mais desfavorecidas têm direito a beneficiar de medidas específicas que fomentem a igualdade de oportunidades. Por conseguinte, a Garantia para a Infância deve acrescentar valor às ações existentes a nível nacional e da UE para garantir que todas as crianças necessitadas tenham acesso a serviços básicos, como os cuidados de saúde e a educação. Velarei por que sejam cuidadosamente tidas em conta as conclusões da ação preparatória em curso, tal como solicitado pelo Parlamento Europeu, a fim de determinar a linha de ação mais adequada e os instrumentos necessários para a sua execução.

A Comissão pode apoiar os Estados-Membros na melhoria do acesso a esses serviços básicos, através de orientações políticas específicas e de assistência financeira, nomeadamente no

quadro dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. Gostaria de recordar que, já no atual período de programação, os nossos fundos têm vindo a apoiar as crianças mais necessitadas. No futuro, é vital tirar o máximo partido das potencialidades do novo Fundo Social Europeu Mais, tendo em devida consideração os pedidos do Parlamento Europeu a este respeito.

Muitas vezes, para melhorar a situação das crianças, temos de melhorar a situação das suas famílias. As crianças beneficiam de investimentos na promoção da igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo o acesso ao emprego, a progressão na carreira, a conciliação da vida profissional e privada e a igualdade de remuneração por trabalho igual.

#### **- Garantia para a Juventude**

Tal como a Presidente eleita, tenho sido, desde o seu lançamento, um acérrimo defensor da Garantia para a Juventude, que desencadeou importantes reformas estruturais. Por conseguinte, tenciono reforçar o compromisso coletivo assumido para com os jovens pelo Parlamento Europeu e os líderes políticos europeus no princípio 4 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Há seis anos, criámos a Garantia para a Juventude em resposta a uma crise grave. Desde então, este instrumento ajudou anualmente 3,5 milhões de jovens a melhorar as suas perspetivas de futuro.

O desemprego dos jovens da UE baixou para o nível mais baixo jamais registado. No entanto, há diferenças vincadas entre os Estados-Membros. O desemprego dos jovens é ainda demasiado elevado em alguns países, onde representa um problema estrutural que requer uma atenção constante. Além disso, as exigências em matéria de competências no mercado de trabalho estão a evoluir rapidamente. As transições da escola para o mundo do trabalho são mais morosas e muitos jovens iniciam a sua carreira em empregos com contratos temporários e atípicos. Muitas vezes, no início das suas carreiras, não beneficiam de uma cobertura total da proteção social. Infelizmente, a Garantia para a Juventude ainda não chega a todos os jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (NEET).

Temos de ser mais ambiciosos na resolução destes problemas e assegurar que a Garantia para a Juventude se adapte à evolução das necessidades dos jovens. É a elas que temos de atender para desenhar formas de melhorar a qualidade das ofertas ao abrigo da Garantia para a Juventude. Poderemos também procurar meios de reforçar as parcerias entre todas as partes interessadas, dotar os jovens das competências adequadas (digitais e ecológicas), promover serviços mais integrados para os jovens e assegurar uma melhor orientação profissional.

Para tornar esta ambição uma realidade, é necessário apoio financeiro adequado a nível nacional e europeu, através do futuro Fundo Social Europeu Mais. Temos de intensificar esforços para garantir que nenhum jovem é deixado pelo caminho.

#### **5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciono propor na sua área de responsabilidade, nomeadamente para:**

**– Melhorar a saúde e a segurança dos trabalhadores e facilitar a reinserção dos trabalhadores em convalescença, em especial no que diz respeito a substâncias nocivas, stress e lesões musculoesqueléticas relacionadas com o trabalho e doenças crónicas, incluindo o cancro?**

Tenciono ser ambicioso para assegurar um elevado nível de proteção da segurança e da saúde no trabalho e estudar possíveis vias de avançar nesta área para além do atual quadro estratégico que termina em 2020. É necessário dar um sinal claro de que a União está disposta a assegurar padrões elevados em todos os locais de trabalho, nomeadamente aos parceiros sociais, às inspeções do trabalho e às autoridades de segurança e saúde do trabalho. Neste contexto, é especialmente importante solucionar o problema dos acidentes mortais. Há que explorar cuidadosamente os instrumentos políticos para fazer face aos principais riscos para a saúde e a segurança no trabalho, como o cancro, o stress, a saúde mental e as perturbações musculoesqueléticas. Trabalharei em conjunto com os parceiros sociais e a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho, no sentido de desenvolver uma verdadeira cultura de prevenção entre os empregadores e os trabalhadores no que respeita ao stress relacionado com o trabalho, às doenças musculoesqueléticas e a outras doenças crónicas.

Sou também a favor do prosseguimento do nosso trabalho de atualização da Diretiva Agentes Cancerígenos e dos valores-limite de certas substâncias que afetam milhões de trabalhadores em toda a Europa. Este aspeto é ainda mais relevante no contexto da transformação em curso da nossa economia.

Por último, é fundamental assegurar que o regresso ao trabalho após uma doença decorre da melhor forma, não só para os próprios trabalhadores e as suas famílias, mas também para as empresas e a sociedade em geral. Para tal, é necessária uma abordagem coordenada que envolva os serviços de emprego, os serviços sociais e os serviços de saúde a nível nacional, em estreita cooperação com os parceiros sociais. Devemos recorrer ao Fundo Social Europeu para ajudar as pessoas a reintegrarem-se na vida ativa o mais rapidamente possível.

**– Assegurar que os Estados-Membros disponham de flexibilidade suficiente na definição de grupos-alvo para o acesso à habitação social?**

Estou convicto de que a habitação desempenha um papel crucial no reforço da inclusão social e da coesão. O investimento em habitação sustentável estará no centro da transição ecológica. Todos aqueles que não disponham de recursos suficientes devem beneficiar de assistência social e ajuda à habitação, tal como previsto na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. A Carta é muito clara: «A fim de lutar contra a exclusão social e a pobreza, a União reconhece e respeita o direito a uma assistência social e a uma ajuda à habitação destinadas a assegurar uma existência condigna a todos aqueles que não disponham de recursos suficientes, de acordo com o direito da União e com as legislações e práticas nacionais». O princípio 19 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais refere igualmente que deve ser garantido às pessoas necessitadas o acesso a habitação social e uma ajuda à habitação. Subscrevo inequivocamente estes princípios fundamentais. Considero que a situação em matéria de habitação nos Estados-Membros deve continuar a ser monitorizada no âmbito do Semestre Europeu e que, com base na avaliação do painel de indicadores sociais, se for caso disso, as recomendações específicas por país devem ser cuidadosamente adaptadas às condições de cada Estado-Membro.

Gostaria de debater com o Parlamento Europeu formas de proporcionar apoio da UE aos Estados-Membros, dentro dos limites das competências da União e em conformidade com o princípio da subsidiariedade.

**– Assegurar que a anunciada estratégia europeia para as questões de género tenha mais do que medidas destinadas a promover a igualdade entre homens e mulheres no emprego, de modo a incluir uma estratégia de diversidade e inclusão adequada ao**

**século XXI, que inclua medidas destinadas a eliminar as disparidades salariais entre homens e mulheres e as disparidades na carreira e nas pensões e a prevenir a discriminação para todos?**

Como já referi, procurarei integrar a perspetiva de género em todos os domínios políticos que são da minha competência. Ofereço o meu total apoio à minha colega indigitada para a pasta da Igualdade, Helena Dalli, e à sua missão de implementar uma estratégia de igualdade entre homens e mulheres ambiciosa, abrangente e orientada para o futuro. Precisamos de uma estratégia para combater as desigualdades estruturais e sistémicas com que continuam a deparar-se as mulheres e as raparigas, incluindo as disparidades de género no emprego, nos salários e nas pensões. Os parceiros sociais desempenham um papel essencial em todas estas questões, e devem ser chamados a pronunciar-se em todas as fases do processo político. Para além da igualdade de género, é evidente que é necessário cumprir uma agenda mais vasta em matéria de igualdade e diversidade, nomeadamente no que respeita ao acesso ao mercado de trabalho e no local de trabalho. Como afirmou a Presidente eleita, Ursula von der Leyen, nas suas Orientações Políticas, a igualdade, em todos os sentidos, tem de ser para todos. Velarei por que os meus serviços cooperem com a Comissária indigitada Dalli e o seu grupo de trabalho em todas as áreas sob a minha responsabilidade.

Especificamente no que diz respeito ao princípio 9 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais sobre conciliação entre vida profissional e vida familiar, darei todo o meu apoio à Comissária indigitada Dalli para garantir a transposição atempada da recém-adoptada Diretiva Equilíbrio entre Vida Profissional e Vida Familiar. Está já a ser feito, em cooperação com os Estados-Membros, um trabalho aprofundado para assegurar uma recolha de dados precisa sobre as licenças relacionadas com a família.

A adequação, a acessibilidade e a qualidade dos serviços de cuidados formais, incluindo o acolhimento de crianças, podem afetar significativamente a escolha das mulheres de permanecer no mercado de trabalho ou de o abandonar. Mais de 10 % das mulheres estão inativas devido a responsabilidades familiares. Esta escolha traduz-se em fortes disparidades no emprego, nas remunerações e nas pensões. Os meus serviços estão já a abordar esta questão, juntamente com os Estados-Membros, tanto no plano político como na vertente do financiamento, com a ajuda do Fundo Social Europeu. Esforçar-me-ei por fazer avançar estes trabalhos.

Tenciono igualmente prestar especial atenção às políticas em matéria de cuidados prolongados. Muitas mulheres exercem estas atividades de forma informal e não remunerada. O reforço da prestação de serviços de cuidados prolongados dará às mulheres que atualmente não podem trabalhar devido às suas responsabilidades nesta área a possibilidade de participarem no mercado de trabalho.

Não devemos esquecer que as mulheres são também mais numerosas no emprego precário: representam a grande maioria dos trabalhadores a tempo parcial e optam frequentemente por horários variáveis e contratos temporários. Este é outro fator que acentua significativamente as disparidades entre homens e mulheres. A este respeito, velarei por uma correta aplicação de todos os instrumentos jurídicos à disposição dos Estados-Membros: a recomendação sobre o acesso à proteção social, as diretivas relativas ao trabalho a tempo parcial e a termo e a diretiva relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis.

Por último, o Semestre Europeu continuará a ser um dos principais instrumentos para monitorizar as disparidades de género no emprego, nas remunerações e nas pensões. Além disso, a aplicação de medidas destinadas a alcançar a igualdade entre homens e mulheres irá ocupar um lugar de destaque no quadro dos nossos instrumentos de financiamento, em especial o FSE+.

**– Conceber uma solução no domínio da coordenação dos sistemas de segurança social que tenha em conta os diferentes sistemas sociais dos Estados-Membros?**

A Comissão cessante propôs, no final de 2016, rever as regras de coordenação da segurança social, a fim de garantir que sejam mais justas, mais claras e mais fáceis de aplicar. Estou convencido de que esta revisão é necessária para dar resposta aos novos desafios e oportunidades nos domínios dos cuidados prolongados, das prestações de desemprego, das prestações familiares e das disposições relativas à legislação aplicável. Em março de 2019, os legisladores chegaram a um acordo provisório equilibrado em matéria de coordenação da segurança social. O facto de a proposta não ter podido ser adotada antes da interrupção dos trabalhos do Parlamento Europeu, devido à ausência de maioria qualificada no Conselho, não significa que os problemas tenham sido resolvidos. Acredito que é necessário retomar urgentemente o trabalho com vista a chegarmos a melhores regras de coordenação da segurança social para as pessoas que vivem e trabalham além-fronteiras.

A Comissão vai agora trabalhar com o Conselho e com o novo Parlamento Europeu para chegar, quanto antes, a um acordo final. Esta questão é urgente e para essa urgência concorrem vários motivos. Espero que consigamos chegar rapidamente a um acordo ambicioso, que atualize e salvguarde os direitos das pessoas que se deslocam para outro país da UE, e facilite a cooperação entre as autoridades nacionais para prevenir abusos e fraudes. Estou convencido de que estamos próximos do acordo final.

**– Combater a fraude e o dumping salarial contra os trabalhadores precários – nomeadamente, os trabalhadores móveis, os sazonais e os das plataformas digitais – e fazer com que as plataformas digitais reconheçam os seus empregados como trabalhadores por conta de outrem e não por conta própria, com os direitos laborais e de proteção social decorrentes do estatuto dos trabalhadores?**

Já no âmbito das minhas anteriores funções de ministro do trabalho, do emprego e da economia social e solidária, apoiei firmemente o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e todas as iniciativas da Comissão cessante que aplicam os seus princípios em diferentes domínios. Enquanto comissário, comprometo-me a prosseguir esse trabalho, assegurando, por um lado, a aplicação rigorosa da legislação da UE adotada ao longo dos últimos anos e, por outro, propondo novas iniciativas sempre que se revelem necessárias. A situação dos trabalhadores em formas precárias de emprego tem de ser contemplada em sintonia com os princípios estabelecidos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Os trabalhadores móveis beneficiarão em breve das novas regras que garantem aos trabalhadores destacados as mesmas condições de remuneração de que beneficiam os trabalhadores locais em cada Estado-Membro. A Autoridade Europeia do Trabalho (AET) foi criada para reforçar a transmissão de informações e a cooperação entre os Estados-Membros, nomeadamente no combate ao trabalho não declarado. Na qualidade de comissário, estarei especialmente atento à transposição e à aplicação da diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores revista e à aplicação rigorosa da sua diretiva de execução de 2014. Tenciono

igualmente imprimir a dinâmica necessária à Autoridade Europeia do Trabalho de modo a garantir que mantém um elevado nível de ambição para, nomeadamente, coordenar e apoiar inspeções conjuntas e promover o intercâmbio de informações pertinentes entre os Estados-Membros.

A situação dos trabalhadores vulneráveis, como é o caso de alguns trabalhadores sazonais, trabalhadores ocasionais ou trabalhadores de plataformas digitais, deve ser acompanhada de perto. O nosso modelo económico depende essencialmente de condições de trabalho dignas, transparentes e previsíveis. Em primeiro lugar, irei trabalhar para assegurar que a legislação laboral da UE em vigor seja devidamente aplicada para proteger esses trabalhadores. A diretiva relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis, que constitui um importante passo no sentido da modernização dos direitos dos trabalhadores para a sua proteção no novo mundo do trabalho, será transposta durante o meu mandato, e velarei por que a Comissão trabalhe em estreita colaboração com os Estados-Membros na elaboração de legislação nacional eficaz para a pôr em prática. A diretiva não só atualiza como multiplica as informações escritas que todos os trabalhadores — incluindo os trabalhadores de plataformas digitais, os trabalhadores ocasionais e os trabalhadores domésticos — devem receber no início da sua atividade. Além disso, cria novos direitos de proteção dos trabalhadores que se encontram nas situações mais precárias e vulneráveis, tais como os trabalhadores com contratos «zero horas» ou os trabalhadores ocasionais. Inclui um capítulo que prevê disposições de execução rigorosas para garantir que estes direitos não existem apenas no papel.

Especificamente no que respeita ao trabalho das plataformas digitais, trata-se de um modelo empresarial novo e dinâmico que está a afetar os padrões de trabalho e a definir os contornos do futuro do trabalho. As plataformas digitais proporcionam uma nova flexibilidade tanto às empresas como aos trabalhadores, criando oportunidades para muitos entrarem no mercado de trabalho ou auferirem rendimentos suplementares. Simultaneamente, põem em causa o quadro vigente em matéria de emprego legal, proteção social e estrutura do diálogo social. As normas laborais e o acesso à proteção social devem ser garantidos a todas as categorias de trabalhadores. Para muitas pessoas que trabalham através de plataformas digitais, as incertezas acumulam-se no que concerne a várias questões, nomeadamente a sua situação profissional, as condições de trabalho, o acesso à proteção social e o acesso à representação e à negociação coletiva. Penso que este aspeto merece uma atenção mais aprofundada e acompanharei o compromisso assumido pela Presidente eleita de explorar formas de melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas digitais, inspiradas em exemplos positivos vindos de outras partes do mundo.

Por último, sou um forte defensor da recomendação do Conselho relativa ao acesso à proteção social. No cerne da recomendação está o princípio de que todos os trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores por conta própria devem ter acesso a uma proteção social adequada. Na qualidade de comissário, não me cansarei de reiterar este princípio e mobilizar todos os instrumentos ao meu dispor para o tornar uma realidade em toda a Europa. Para mim, o futuro do trabalho não deve ser sinónimo de precariedade. Por conseguinte, os sistemas de proteção social terão de evoluir.

**6. O futuro do trabalho é um tema que irá merecer destaque nos próximos cinco anos. Haverá mudanças e desafios no mercado de trabalho intercalar, como a digitalização, a automatização, a robotização e as mudanças e desafios relacionados com**

**a luta contra as alterações climáticas. Por um lado, isso produzirá mais e melhores empregos, para os quais temos de ter trabalhadores diferentes e melhores. A Europa necessita de legislação inteligente para explorar o poder da tecnologia e produzir empregos verdes, integrando simultaneamente os trabalhadores vulneráveis na força de trabalho. Por outro lado, a digitalização conduzirá à redução de determinados empregos.**

**Como encara este panorama e, em especial, contempla a possibilidade de desenvolver a nível europeu uma estratégia de médio prazo forte e coerente que proporcione à União Europeia e aos cidadãos europeus os instrumentos adequados para enfrentar esses desafios? Em particular, como irá promover a utilização de sistemas de formação profissional em todos os Estados-Membros para responder a estes desafios? E que fará para assegurar, manter e promover as carreiras rurais face às atuais mudanças e desafios e para garantir que temos as competências adequadas para salvaguardar e valorizar as nossas comunidades rurais, tornando-as locais sustentáveis e inclusivos onde as pessoas possam viver e trabalhar?**

A definição dos contornos do futuro do trabalho é da nossa responsabilidade partilhada enquanto decisores políticos. Devemos transformar os desafios em oportunidades. A digitalização e a transição para uma economia neutra em termos de carbono encerram potencialidades para criar empregos e conduzir à tão necessária inovação, ao investimento e à prosperidade económica. Temos de garantir que todos os europeus e todas as regiões europeias possam beneficiar destas novas oportunidades. Muitos postos de trabalho irão passar por mudanças significativas. Serão criados muitos novos empregos que exigirão novas competências, algumas das quais nem sequer nos é possível antecipar hoje. A era digital está a transformar a forma como trabalhamos. A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho pode fornecer perspetivas úteis para orientar a nossa ação.

### **Abordagem da UE face ao futuro do trabalho**

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais constitui um quadro orientador para dar resposta aos desafios do novo mundo do trabalho, que também são abordados no âmbito do Semestre Europeu. Para fazer face a estes desafios, trabalharei com os meus colegas responsáveis por outras pastas num amplo conjunto de temáticas, dentro e fora do âmbito das políticas sociais e de emprego. Iremos colaborar com os decisores políticos nacionais e locais, bem como com a sociedade civil. Conto, em especial, com o Parlamento Europeu e com os parceiros sociais para contribuir para o desenvolvimento e a implementação de respostas europeias ao trabalho do futuro.

Na minha opinião, esta abordagem deve, em primeiro lugar, centrar-se na garantia de maior qualidade do emprego. As pessoas que trabalham na UE merecem boas condições de trabalho, nomeadamente salários dignos, e temos de procurar formas de alargar o acesso à formação e à proteção social a todas as pessoas, incluindo os trabalhadores das plataformas digitais.

Temos de reforçar a governação económica e social a nível europeu, nomeadamente através da integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas no quadro do Semestre Europeu.

É também necessário apoiar as regiões e os setores que, de forma desproporcionada, mais sofrem o impacto perturbador das mudanças. Neste contexto, podemos tirar partido de uma vasta gama de fundos e programas da UE (como o InvestEU, o Fundo Social Europeu Mais, o

programa Horizonte Europa, o programa Europa Digital, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização), incluindo o Fundo para uma Transição Justa recentemente anunciado. Os serviços públicos de emprego terão um papel muito importante neste processo.

No novo mundo do trabalho, as pessoas necessitarão de novas competências. Procurarei intensificar os esforços de formação e educação para responder à necessidade de reconversão e aperfeiçoamento profissional, ao mesmo tempo que colocarei a tónica na qualidade da educação e da formação em torno do princípio «aprender a aprender ao longo da vida».

Os novos modelos de negócio põem em causa os princípios dos nossos sistemas fiscais e contributivos. Devemos explorar formas de tornar esses sistemas sustentáveis e adequados à era digital e combater a desigualdade de rendimentos.

Os parceiros sociais sempre foram determinantes na definição do modelo social da UE. O seu papel é especialmente importante, agora que estamos a passar por uma transição industrial tão significativa. Por conseguinte, é vital reforçar o diálogo social para ajudar os trabalhadores em diferentes setores, nomeadamente no que concerne a economia digital.

As novas tecnologias prometem grandes oportunidades, mas também comportam novos riscos. Temos de trabalhar para conferir à tecnologia uma dimensão mais humana, atendendo às preocupações socioeconómicas e éticas relacionadas com desenvolvimento da inteligência artificial nos nossos mercados laborais e nos locais de trabalho, e garantindo que as pessoas possuem as competências necessárias para trabalhar num ambiente cada vez mais digitalizado.

Muitos dos novos desafios exigem respostas globais. Por conseguinte, velarei por colocar no topo da agenda dos fóruns internacionais e multilaterais, como a OIT, o G7 e o G20, questões como as condições de trabalho, a proteção social e a promoção das normas laborais. A União deve continuar a promover o trabalho digno e as normas laborais reconhecidas a nível internacional junto dos nossos parceiros comerciais, e a aplicar com determinação os acordos já em vigor.

## **O papel do ensino e da formação profissionais**

O ensino e a formação profissionais são determinantes para conseguirmos responder aos desafios do novo mundo do trabalho e da transição ecológica. Na Europa, metade dos jovens adquire as suas qualificações por via do ensino e da formação profissionais. Tal como foi recomendado pelo Parlamento Europeu, o programa Erasmus+ deve passar a incluir, de forma mais ampla, os estudantes aprendizes. Os adultos têm de, continuamente, atualizar as suas competências, participando em programas de formação. No âmbito da agenda renovada de competências, o ensino e a formação profissionais devem ocupar um espaço privilegiado, uma vez que oferecem oportunidades de integração económica e social, apoiam o desenvolvimento inteligente e sustentável e promovem a cidadania democrática e os valores europeus. Acredito firmemente que sistemas de ensino e formação profissionais modernos, inclusivos e dinâmicos são uma condição indispensável para a realização da ambiciosa agenda da Presidente eleita para uma economia ao serviço das pessoas, um pacto ecológico e uma Europa apta preparada para a era digital. O trabalho das nossas agências, o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) e, para além das fronteiras da UE (nomeadamente os países do alargamento e da vizinhança), a Fundação Europeia para a Formação (FEF), continuará a ocupar um lugar central na nossa política.

## **Promoção das carreiras rurais**

As tecnologias digitais proporcionam novas formas de reduzir a clivagem entre as zonas urbanas e as zonas rurais. Para as pessoas que vivem em zonas rurais, os serviços e as oportunidades de trabalho em linha podem reduzir o risco de privação de determinados serviços. Para que tal aconteça, porém, é necessário assegurar o acesso a infraestruturas sociais de base (ou seja, educação e saúde) e uma boa cobertura da Internet de banda larga. Existem já algumas boas iniciativas em que podemos basear a nossa intervenção: por exemplo, a ação da UE em prol de aldeias inteligentes procura assegurar que as zonas rurais têm acesso às tecnologias digitais e à inovação necessárias para melhorar a qualidade de vida, elevar o nível de vida, reforçar os serviços públicos e utilizar os recursos mais eficazmente. A formação e a reconversão profissional serão também centrais numa estratégia de apoio às carreiras rurais na era digital. No âmbito da atualização da Agenda de Competências para a Europa, procurarei determinar se as contas individuais de aprendizagem poderão constituir uma resposta para garantir a todos o acesso a competências, incluindo as pessoas que vivem em zonas rurais.

**7. Paradoxalmente, as regiões economicamente mais desfavorecidas estão também a ter as maiores dificuldades para despender (absorver) o FEG e os fundos do FSE. Qual será a sua estratégia para melhorar a absorção dos fundos da UE e prevenir a sua utilização indevida e como irá incentivar os Estados-Membros a utilizarem os recursos nas regiões menos desenvolvidas e a melhorarem a sua capacidade de desenvolver projetos relacionados com estes fundos?**

Mais de 57 % dos recursos do Fundo Social Europeu (FSE) (50,6 mil milhões de euros) estão concentrados nas regiões menos desenvolvidas para apoiar investimentos em capital humano. A confirmar-se a minha nomeação, terei por ambição assegurar que estas regiões tenham plena capacidade para despender o financiamento que lhes é atribuído, ao mesmo tempo que são prevenidos os abusos e as fraudes.

De um modo geral, a execução do Fundo Social Europeu e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens está a avançar a um ritmo satisfatório, com uma taxa de seleção de quase 77 % do financiamento total (UE e nacional) e uma taxa de declaração de despesas de 33,5 %. A taxa de seleção de projetos do FSE situa-se a um nível semelhante para todas as categorias de regiões. Embora as regiões economicamente desfavorecidas tenham, até certo ponto, maiores problemas de absorção, as diferenças dependem, em grande medida, dos Estados-Membros individualmente. O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, enquanto instrumento de reação a crises, não dispõe de um orçamento anual a absorver, e não existem indícios de que o recurso à sua intervenção seja mais difícil para as regiões menos desenvolvidas.

Entre as principais razões para os atrasos na execução e na absorção dos fundos, incluem-se os problemas de capacidade administrativa, a falta de projetos válidos e a suspensão de pagamentos devido a graves deficiências de gestão e de controlo. Tenciono continuar a acompanhar de perto a situação, nomeadamente através dos oito grupos de trabalho responsáveis por garantir taxas de execução mais elevadas, que foram criados pela Comissão nos Estados-Membros que apresentam riscos de anulação de autorizações. Estou também empenhado em envidar esforços no sentido de uma melhor utilização da assistência técnica para melhorar a capacidade das estruturas dos Estados-Membros e, assim, assegurar que

existem procedimentos eficazes de gestão e controlo e que o pessoal que trabalha nesta área possui as competências adequadas.

No âmbito das negociações interinstitucionais sobre os fundos de coesão, trabalharei também arduamente para assegurar que serão feitas as alterações necessárias para atingir uma taxa de absorção mais elevada, sem comprometer a necessidade de prevenir a fraude e os abusos. Também no quadro do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, a Comissão propôs facilitar a mobilização de financiamento, nomeadamente alargando o seu âmbito de aplicação a qualquer tipo de processo de reestruturação significativo e reduzindo o limiar de elegibilidade de 500 para 250 trabalhadores despedidos.